

ESCRITORES PENSADORES: CULTURA LITERÁRIA E FILOSOFIA

Márcia Ivana de Lima e Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Abstract: This essay intends to consider the role of philosophers that some writers take in Brazil, because they are able to think about the problems of our country, which does not have a philosophical tradition. Ricardo Vélez Rodríguez, Miguel Reale, Antônio Paim and Jorge Jaime de Souza Mendes help to discuss the intellectual dimension of some writers, facing the coincidence of several names in the philosophical and literary histories in Brazil.

Keywords: Brazilian writers; History of Literature; History of Philosophy.

Resumo: Neste ensaio pretende-se pensar sobre a capacidade de reflexão de alguns escritores brasileiros que acabam por cumprir o papel de filósofos no cenário intelectual do Brasil, que não tem tradição filosófica. A partir das contribuições de Ricardo Vélez Rodríguez, de Miguel Reale, de Antônio Paim e de Jorge Jaime de Souza Mendes sobre o Panorama da Filosofia Brasileira, recupera-se a dimensão intelectual de alguns escritores, principalmente em face da coincidência de nomes tanto na História da Literatura quanto na da Filosofia no Brasil.

Palavras-chave: Escritores brasileiros; História da Literatura; História da Filosofia.

Escritores pensadores: cultura literária e filosofia

a função autor, complexa já quando se procura delimitá-la ao nível de um livro ou de uma série de textos que trazem uma assinatura definida, comporta ainda novas determinações quando se procura analisá-la em conjuntos mais vastos, como grupos de obras ou disciplinas inteiras.

Michel Foucault

A literatura sempre teve importância fundamental para a formação das diversas visões de mundo na sociedade, quer seja encarada como representação, quer como

denúncia e/ou crítica sociais. Embora sempre tenha tido seu valor artístico e, até mesmo, político, reconhecido, a partir do século XIX, o escritor passa a assumir um papel social intransferível, porque é reconhecida nele a capacidade de desnudar os meandros das relações sociais, políticas, culturais etc. Ele é elevado ao nível de intelectual, cuja tarefa é ver e rever a realidade criticamente, é buscar no acervo literário nacional (o que vale para qualquer país) páginas que possam compor uma memória digna de ser louvada, que possam contar a história do não dito, do subentendido. Em certos casos, alguns escritores são vistos como filósofos, por alcançarem o entendimento completo do momento e do lugar em que vivem. Desse modo, sua contribuição extrapola o âmbito estético, particular à obra ficcional, e se amplia para uma dimensão pública, através dos diversos documentos que o escritor produz. As entrevistas, os depoimentos, a correspondência, assim como sua produção textual não ficcional (ensaios, prefácios, posfácios) passam a constituir, portanto, material privilegiado para se construir o panorama do pensamento de uma nação. Vejamos o caso brasileiro.

Ricardo Vélez Rodríguez, na apresentação de seu “Panorama da Filosofia Brasileira”, diz que

não existe em filosofia originalidade total. Os pensadores emergem do seio da milenária tradição filosófica ocidental, pensando problemas que são específicos da sua época e do seu meio. A originalidade filosófica deve ser procurada aí: nas peculiares condições histórico-culturais que influenciam a forma em que cada pensador reflete, condicionado ele próprio pela carga de fatores subjetivos e subjetivo-objetivos presentes em todo ato humano: valores, sensibilidade, experiências, vivências etc. Levando em consideração esta observação, será utilizado neste trabalho o método proposto por Miguel Reale (nasc.1910) e Antônio Paim (nasc.1927). Este método consiste em identificar o problema ou problemas aos que pretende responder o pensador, a fim de ver a sua peculiar contribuição no terreno da filosofia e poder traçar, posteriormente, um quadro dos elos e derivações da sua meditação, em relação a outros autores e correntes [cf. Reale, 1951; Paim, 1979].

Longe de imaginar que nossos escritores se constituem como filósofos, quero, em verdade, pensar sobre esta capacidade de reflexão de alguns escritores, que sai das páginas literárias e invade as páginas da vida nacional. O método de Reale e Paim para organizar a filosofia brasileira pode se adequar ao panorama proposto, na medida em que os escritores geralmente se pronunciam sobre problemas da realidade nacional e/ou internacional. Eis porque considero a denominação “escritores pensadores” mais acertada do que escritores filósofos, pois parto do pressuposto de que suas

contribuições querem ficar no nível da realidade dada, embora estejam repletas de conceitos filosóficos, sociológicos, psicanalíticos, entre outros.

Em *História da filosofia no Brasil*, Jorge Jaime de Souza Mendes, ele próprio ficcionista, faz o levantamento dos nomes dos principais filósofos nacionais e os organiza por gerações, constituindo-se como obra de referência para quem quer estudar o assunto. A galeria começa com Padre Antônio Vieira, passa por Gonçalves de Magalhães e chega aos dias de hoje com autores ainda vivos, como Marilena Chauí. O que me parece importante salientar é o fato de que a maior parte dos nomes citados coincide com aqueles da História da Literatura Brasileira, como a apontar que o escritor brasileiro tem uma dupla tarefa: fazer literatura e pensar o Brasil. No prefácio ao primeiro volume, Jorge Jaime já adverte que:

Nunca se explicará com eficiente exatidão o que determina a ausência de um verdadeiro filósofo no Brasil. Podemos recorrer aos argumentos da nossa juventude cultural, da nossa civilização incipiente, do autodidatismo dos nossos estudos, da falta, até há pouco, de cursos universitários e sistemáticos – mas são causas todas estas que uma personalidade verdadeira poderia vencer e ultrapassar. O que Farias Brito realizou, como debatedor de problemas e sistemas filosóficos, ele o teria realizado, como filósofo, se a sua constituição intelectual lhe houvesse reservado esse destino. Um filósofo, como um poeta, encontrará sempre em si mesmo os recursos necessários para a sua expressão, a despeito de quaisquer limitações locais ou temporais. A história da filosofia apresenta mais de um exemplo neste sentido.

Ao comparar o filósofo ao poeta, o historiador antecipa minhas inquietações a respeito desta coincidência que a nominata fornece, principalmente no que diz respeito ao papel de filósofos que nossos ficcionistas assumiram no decorrer da história brasileira. O próprio Aristóteles já advertia, ao diferenciar o poeta e o historiador, que “a poesia é algo mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular” (53-5).

Luiz Alberto Cerqueira vai mais longe em seu ensaio “Gonçalves de Magalhães como Fundador da filosofia brasileira”. Como aponta o título, a tese de Cerqueira é a de que, ao publicar *Fatos do espírito humano*, Magalhães inaugura a filosofia no Brasil:

Mais do que reformador da literatura nacional, mais do que responsável pela orientação francesa de nossa vida espiritual, Gonçalves de Magalhães tem uma participação na ideia de filosofia brasileira ainda a merecer atenção e estudos mais aprofundados.

Ou seja, Gonçalves de Magalhães é responsável, pois, por inaugurar o Romantismo literário brasileiro e a filosofia no Brasil, mérito relevante para o quadro

geral da História intelectual de nosso país, que não deve ser desconsiderado nesta discussão proposta.

O fato de os próprios historiadores da Filosofia brasileira incluírem ficcionistas em seus compêndios me autoriza a encará-los como “escritores pensadores”, por exercerem a função de intelectuais, ocupando-se de pensar aspectos relevantes da realidade nacional, desde problemas relacionados à constituição identitária até as relações internacionais.

Antonio Candido, no ensaio “Uma literatura empenhada”, defende a ideia de que nossos autores sempre se empenharam em pensar o Brasil:

Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus; [...]. Depois da Independência o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. (. 26)

Ao destacar o esforço dos escritores do Arcadismo e do Romantismo em definir o Brasil através de seus textos literários, Candido acaba por ampliar o papel daqueles autores, aproximando-se muito da tese de Cerqueira. Por isso, em seu estudo, aparece a importância da “tomada de consciência” desse papel, como forma de afirmação de sua função histórica num sentido amplo. O que equivale a dizer, num sentido filosófico de intelectual.

Walter Benjamin esclarece que intelectual é “um tipo definido por suas opiniões, convicções e disposições” (127), cabendo ao escritor a tarefa de tornar-se um intelectual em seu tempo. A experiência na organização de Acervos (Erico Verissimo, Guilhermino Cesar e Caio Fernando Abreu) mostra que os grandes escritores são, antes de tudo, intelectuais nesta acepção do termo: tipos com convicções, que se dispõem a defender suas opiniões. Nesse sentido, exercem uma função na sociedade não apenas em termos literários, como também na dimensão de seu empenho intelectual.

Jean-Paul Sartre também reflete sobre intelectuais e escritores, defendendo sua perspectiva “responsável” que rompe, por exemplo, com a dos escritores burgueses, pois, todos eles “têm conhecido a tentação da irresponsabilidade que perdura no ofício das letras.” (01). Em *Que é a literatura?*, deixa clara sua posição de que, assim como a

arte pela arte é uma utopia, a imparcialidade do escritor diante da realidade torna-se um mito, porque

[...] nomeando a conduta de um indivíduo, nós a revelamos a ele; ele se vê. E como ao mesmo tempo a nomeamos para todos os outros, no momento em que ele se vê, sabe que está sendo visto; [...] Depois disso como se pode querer que ele continue agindo da mesma maneira? Ou irá perseverar na sua conduta por obstinação, e com conhecimento de causa, ou irá abandoná-la [...]; em cada palavra que digo, engajo-me um pouco mais no mundo [...]. O escritor *engajado* sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. (20)

Duas décadas após a publicação de *Que é a literatura?*, portanto, já no contexto das lutas pela emancipação colonial, especialmente o da Guerra do Vietnã (1946-1975), Sartre profere um conjunto de três conferências no Japão, em 1965, depois publicadas sob o título *Em defesa dos intelectuais*, que foram assim divididas: 1ª Conferência: “O que é um intelectual?” (a “situação do intelectual” e “o que é um intelectual”), 2ª Conferência: “Função dos intelectuais” (“contradições”, “o intelectual e as massas” e “o papel do intelectual”) e 3ª Conferência: “O escritor é um intelectual?”. A partir do contexto histórico em que se encontra, Sartre se posiciona firmemente:

[...] o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade – concepção hoje em dia impossível, portanto, abstrata e falsa. (15)

Para Sartre, o verdadeiro intelectual luta abertamente a favor dos oprimidos e se engaja nas questões sociais de seu tempo. Não precisa alistar-se em partidos, porque aprende a ver e a ler seu mundo pela observação. Assim, temos como tarefas do intelectual: adotar o ponto de vista dos desfavorecidos, combater a ressurreição perpétua, no povo, das ideologias que o paralisam, contribuir para a tomada de consciência de classe do proletariado, assumindo sua contradição constitutiva. Para Sartre, alguns meios para isto seriam: por meio de uma autocrítica perpétua (pois o intelectual também se engana, não é infalível); pelo reconhecimento de sua condição de pequeno-burguês; por uma associação concreta e sem reservas com as ações das classes desfavorecidas; pela formação de técnicos do saber prático no interior das classes desfavorecidas; pela radicalização da ação em curso e, finalmente, por fazer-se

contra todo poder – inclusive o poder político que se exprime pelos partidos de massa e pelo aparelho da classe operária. (Cf. Sartre: 43-6)

A par dos radicalismos propostos por Sartre, justificáveis pelo contexto político e social em que se encontrava, interessa aqui a íntima relação que ele estabelece a quem usa a palavra como seu modo de vida, associando, pois, escritores e filósofos. Além disso, encontramos em suas afirmações a defesa de que os autores se posicionem diante das diversas situações que se lhes apresentam, de modo a constituírem uma voz privilegiada que pode falar por e com outros.

Edward Said, filósofo contemporâneo, enxerga o perigo de que a figura ou a imagem do intelectual pudesse desaparecer num amontoado de detalhes, tornando-se apenas mais um profissional ou uma figura numa tendência social. Por isso, assumiria cada vez mais o simples papel de divulgador de ideias, abandonando o campo dos intelectuais que, na visão dele,

[...] é o indivíduo com papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses, [...] mas sim de um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. (25)

Sartre e Said apontam para um aspecto importante em relação ao papel do artista: a arte tem de fazer conexões com a realidade, sem se esquecer de olhar para o ponto de vista de quem está sendo representado na obra. Neste sentido, o posicionamento dos artistas, mais especificamente dos escritores, é de extrema relevância num mundo onde impera a ausência de intelectuais capazes de pensar sua própria realidade. Isto nos leva ao caso brasileiro (e latino-americano) em que os escritores acabam por cumprir o papel de filósofos, de pensadores.

Tomo exemplarmente os autores brasileiros Machado de Assis e Erico Verissimo e os argentinos Jorge Luis Borges e Ricardo Piglia, no sentido de propor uma reflexão sobre a vida literária no Brasil, e por extensão na Argentina (sem pretensão de esgotar o assunto), tendo em vista o fato de que nossa incipiente filosofia abre caminho para que alguns ficcionistas pensem nossa realidade e tornem-se “escritores pensadores”.

Machado de Assis não precisa de apresentação nem de justificativa: já é considerado o principal intérprete das contradições do Brasil da segunda metade do

século XIX e, também, um dos grandes dissecadores da precária condição do homem no universo, além de investigador implacável, assim como Borges, de nossa identidade frágil e cambiante de latino-americanos. Em “Instinto de nacionalidade”, Machado de Assis defende que

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos de nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. (802)

Mais adiante, continua:

Compreendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal e que não se limitem os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. (803)

Ao defender a universalidade como “matéria de poesia”, Machado de Assis fala, na verdade, de identidade nacional, quando afirma que o legado indianista é um dentre tantos a comporem a herança cultural brasileira. Antecipa, pois, a discussão tão corrente sobre indianismo cultural que marca as produções artísticas nacionais (e estrangeiras) atuais. Além disso, está implícita em suas palavras a noção de pertencimento, tão cara à constituição daquela nova nação, mas que, mesmo passado mais de século, não deixou de ser um “problema brasileiro”.

Nicolau Sevcenko adverte, em *Literatura como missão*, que

Decorrencia direta dessa dupla atitude reformista e salvacionista seria ainda a avidez arrebatada com que os escritores [Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Lima Barreto entre outros] se iriam entregar ao estudo dos mais variados aspectos da realidade brasileira. Esse nacionalismo intelectual não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, ele significava um empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil [...] (84-5)

Isto nos libera para entender a tarefa desses escritores como pensadores de um Brasil que se formava e que se estabelecia como nação em busca de identidade. Mais que tudo, eles preencheram a lacuna deixada por intelectuais que deveriam ter se ocupado com tal tarefa, assumindo, pois, o papel de filósofos.

Posicionamento muito parecido aparecerá na noção de Antropofagia de Oswald de Andrade. Em maio de 1928, Oswald de Andrade publica seu Manifesto Antropófago (Teles p.353-60) no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, defendendo a possibilidade de a arte brasileira se assumir como parte da produção

européia mas, ao mesmo tempo, como autônoma. Este procedimento está intimamente ligado ao posicionamento dos artistas em relação ao material de que dispõem para sua tarefa criativa, no sentido da liberdade de aproveitamento de tudo o que cerca o escritor. Mais do que um procedimento estético, a Antropofagia se instaura como uma posição ideológica, bastante pertinente aos artistas de uma nação que se consolidava e que precisava marcar posicionamento identitário. Machado já apontava para esta perspectiva antropofágica, como o farão Jorge Luis Borges e Paul Valéry.

Alguns anos depois de Machado e de Andrade, Borges defende o mesmo posicionamento para a discussão sobre a matéria de ficção que deve alimentar o escritor. Em “O escritor argentino e a tradição”, afirma que

A idéia de que a poesia argentina deve ser rica em traços diferenciais argentinos e em cor local argentina me parece um equívoco. [...] Além do mais, não sei se é preciso dizer que a ideia de uma literatura deva se definir pelos traços diferenciais do país que a produz é relativamente nova; também é nova e arbitrária a ideia de que os escritores devam buscar temas de seus países. Sem ir além, creio que Racine nem sequer teria entendido uma pessoa que lhe houvesse negado o direito ao título de poeta francês por ter buscado temas gregos e latinos. Creio que Shakespeare se teria assombrado se tivessem pretendido limitá-lo a temas ingleses, e se lhe tivessem dito que, como inglês, não tinha o direito de escrever *Hamlet*, de tema escandinavo, ou *Macbeth*, de tema escocês. O culto argentino da cor local é um recente culto europeu que os nacionalistas deveriam rejeitar por ser forâneo. (290-291)

Erico Verissimo, por sua vez, é o maior romancista gaúcho; sem dúvida, grande referência para a intelectualidade do Rio Grande do Sul. No entanto, sua abrangência extrapola as fronteiras estaduais, pois foi figura decisiva em alguns momentos da história brasileira. Juntamente com Jorge Amado, negou-se a submeter seus originais à censura prévia em plena Ditadura Militar, além de ter ajudado alguns amigos perseguidos. Para o autor de *Incidente em Antares*, a tarefa do escritor é “acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, assassinos e tiranos.” (Verissimo, 45). Sua trajetória como escritor e intelectual é exatamente isso: uma luz acesa indicando o caminho da igualdade, da justiça e da importância do homem para a construção da sociedade.

Parece-me que alguns escritores já resolveram o dilema literatura X política, no momento em que opinam sobre diversos assuntos da sociedade, abandonando a dicotomia que situa(va) sua tarefa exclusivamente no âmbito estético. É o caso de Ricardo Piglia, cuja obra é marcada pela crítica às relações sociais e políticas. Quer se

dedique à ficção quer escreva ensaios, Piglia não deixa escapar a consciência que tem a respeito da tarefa do intelectual (escritor ou não) numa realidade repleta de precariedades como a nossa, a latino-americana.

Esta atitude crítica aparece na conferência “Ficção e política na literatura argentina”, intervenção no congresso sobre *Cultura e Democracia na Argentina*, promovido pela Universidade de Yale em abril de 1987. Partindo da experiência de organização social dos índios, Piglia discute a relação entre literatura e política, concluindo que “o Romance e o Estado. Dois espaços irreconciliáveis e simétricos. Em um lugar se diz o que no outro se cala. A literatura e a política, duas formas antagônicas de falar do que é possível” (91). Para ele, a literatura carrega importância fundamental para a formação das diversas visões de mundo na sociedade, e o escritor, por conseguinte, tem um papel social intransferível, porque ele é capaz de desnudar os meandros das relações sociais e políticas.

O inusitado de sua conferência é a ideia de como se dá tal desnudamento: através de “negação e contrarrealidade”. Ou seja, é fazer do texto literário o campo de possibilidade das diversas verdades, sem compará-lo necessariamente à realidade, pois seu maior compromisso é com a utopia, “a presença da ficção na realidade”. Piglia parte da ideia de que “a literatura é sempre inatural, diz em outro lugar, fora de hora, a verdadeira história. No fundo, todos os romances acontecem no futuro” (93), estabelecendo, assim, um novo paradigma para pensarmos a relação entre realidade e ficção. Dessa forma, propõe uma nova visão de literatura e, consequentemente, uma nova forma de organizar a história literária: “a tradição dessa política que pede o impossível é a única que pode nos justificar” (94).

Ao lançar sua intervenção no congresso quase como um manifesto, com afirmações contundentes e conceituação precisa através de frases curtas, Piglia ratifica sua crença de que a tarefa do intelectual, o escritor aí incluído, é ver e rever a realidade sempre criticamente; é despertar a consciência política através do trabalho estético.

Os ensaios apontados aqui servem como exemplo (como início da discussão), escolhidos dentre uma quantidade numerosa de textos de escritores que se manifestam a respeito do mundo em que vivem, para além de sua arte. Assim, movimentam-se na fronteira da literatura com a filosofia, pois percebem a força da palavra como forma de pensar o mundo. Não por acaso os intelectuais (no sentido

amplo) são os primeiros a serem silenciados em regimes ditatoriais. Suas palavras, tanto na ficção quanto no ensaio, levam o leitor a refletir sobre a realidade, auxiliando na tarefa de tomar consciência das relações sociais, políticas etc., nas quais está imerso. Suas ideias iluminam o passado e o presente, de modo a ampliar nossa percepção da realidade.

As palavras de Erico sobre a tarefa do escritor funcionam aqui como metáfora para ilustrar o que fazem os escritores pensadores; eles acabam por ser esta luz acesa que nos faz enxergar a realidade diretamente, retomando o conceito de Filósofo defendido por Platão no Mito da Caverna. Imagino os escritores pensadores como o encontro do poeta com o filósofo, como o intelectual benjaminiano, convicto da importância social, cultural e política de suas opiniões e disposto a divulgá-las e defendê-las, ciente da complexidade que o cerca. Escritores pensadores são sujeitos que não têm medo de se posicionarem, pois querem, sobretudo, pensar o mundo em que vivem, contribuindo com as mudanças inevitáveis, mas apenas possíveis de acontecerem com a luz acesa.

TRABALHOS CITADOS

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1992.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.v.3.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: _____. *Obras escolhidas I*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas I*. (1923-1949). São Paulo: Globo, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. “Gonçalves de Magalhães como Fundador da filosofia brasileira”. Disponível em <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2009/04/goncalves-de-magalhaes-como-fundador-da.html> Acesso em janeiro de 2015 e em abril de 2018.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* São Paulo: Veja, 1992.

PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. “Panorama da filosofia brasileira”. Disponível em http://www.robertexto.com/archivo4/filosof_brasileira.htm Acesso em janeiro de 2015 e em abril de 2018.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- SARTRE, J-P., Présentation. *Les Temps Modernes*, 1^o année, v.1, n.1, oct. 1945.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1993.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA MENDES, Jorge Jaime. *História da filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2001.
- TELES, Gilberto Mendonça (org). *Vanguarda européia e Modernismo brasileiro*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta I*. 20.ed. São Paulo: Globo, 1995.

Márcia Ivana de Lima e Silva é Professora Titular do Instituto de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Doutora em Teoria Literária pela PUCRS, com tese sobre os manuscritos de *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo (trabalho vencedor do Prêmio Moinho Santista Juventude de 1996). Dedica-se à pesquisa sobre fontes primárias e sobre processo criativo e fez seu estágio pós-doutoral na UQAM, Canadá, em 2005. É autora do livro *A gênese de Incidente em Antares* (EDIPUCRS, 2000). Coordena o conteúdo do Memorial Erico Verissimo, no Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, em Porto Alegre, RS. E-mail: paramarciaivana@gmail.com

Artigo recebido em 22/11/2018. Aprovado em 30/11/2018.